Ata número quatro

Quadriénio 2025-2029

-----Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Junta de Freguesia, em Guimarei, Município de Santo Tirso, reuniu-se a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lamelas e Guimarei, sob a presidência de Fernanda Maria Oliveira Marques, secretariada pelo primeiro secretário, Ricardo Fernandes, e pela segunda secretária, Carla Gomes, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Aprovação da ata n.º 3 da sessão ordinária de 29 de abril de 2026;

2.º Período antes da ordem do dia;

3.º Período da ordem do dia:

3.1 Informação sobre a atividade da Junta de Freguesia;

4. Outros assuntos de interesse da freguesia;

5.º Período aberto à intervenção do público.

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia de Freguesia, com exceção do eleito pelo PS, Luís Pinto, que apresentou a devida justificação. Estiveram igualmente presentes o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, os restantes membros do Executivo e público (Doc. 1).------

-----No primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a ata n.º 3 da sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, realizada em 29 de abril de 2026, com sete votos a favor e uma abstenção da eleita pelo Partido Socialista, Lurdes dos Santos.----------

-----Relativamente ao segundo ponto, período antes da ordem do dia, a Senhora Presidente da Assembleia informou que o eleito pelo PS, Luís Pinto, tinha comunicado antecipadamente que não poderia estar presente na sessão por motivos profissionais. Pediu que ficasse registado o seu apreço por essa postura. De seguida, referiu ter recebido uma mensagem de um grupo denominado «Atentos à União», relativa a uma fuga de água na Rua de Santa Eulália. Informou que tinha encaminhado a questão para o Executivo, sem ter obtido qualquer resposta.

-----De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta, que agradeceu a alteração efetuada na ata, conforme tinha solicitado, e abordou a mensagem relativa à fuga de água. Referiu que, quando recebeu a comunicação, o problema já se encontrava resolvido, razão pela qual não considerou necessário responder ao correio eletrónico.----------

-----A Senhora Presidente esclareceu que desconhecia, naquele momento, que a situação já se encontrava resolvida. Recordou que, na qualidade de Presidente da Assembleia, não lhe competia executar a reparação, mas sim encaminhar a ocorrência para o Executivo e solicitar informação para responder aos cidadãos.----------

-----O eleito pelo PS, Vítor Silva, considerou negativo o envio de mensagens por grupos ou pessoas que não se identificavam, entendendo que todas as participações dirigidas aos órgãos autárquicos deveriam conter a identificação dos respetivos autores.----------

A Senhora Presidente respondeu que, no caso concreto, o conteúdo da mensagem não continha juízos de valor, críticas pessoais ou faltas de respeito. Tratava-se apenas de uma questão de interesse da freguesia, destinada a saber se o problema seria resolvido ou se alguém já tinha intervindo. Acrescentou que não faria suposições sobre eventuais segundas intenções dos remetentes e que continuaria recetiva a comunicações desta natureza, encaminhando-as para o Executivo e respondendo após obter o respetivo ponto de situação.----------

-----Passou-se, então, ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, período da ordem do dia. A Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta, que prestou informações sobre a atividade da Junta de Freguesia desde a última sessão da Assembleia, constantes do documento anexo (Doc. 2).----------

-----O eleito pelo PSD, Pedro Almeida, questionou o Senhor Presidente da Junta sobre a possibilidade de apresentar os valores despendidos nas obras referidas na informação sobre a atividade da Junta.----------

-----O Senhor Presidente respondeu que a intervenção na Rua do Barro Branco tinha custado cerca de 33 000,00 euros; a obra no telhado do edifício da Junta de Freguesia, em Guimarei, cerca de 15 000,00 euros, acrescidos de IVA; o alargamento e a pavimentação da Rua do Carvalhal, cerca de 30 000,00 euros; e o gradeamento do cemitério de Guimarei, cerca de 10 000,00 euros.----------

-----No quarto ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao eleito pelo PSD, Pedro Almeida, que colocou várias questões relacionadas com intervenções e problemas existentes na freguesia, designadamente:----------

- instalação de barreiras de proteção na Rua de Guimarei;----------
- instalação de lombas e de uma guarda de segurança junto ao pavilhão;----------

- situação da paragem de autocarro e da sinalética junto à farmácia de Lamelas;----------
- acumulação de resíduos na Rua da Aldeia Nova;----------
- situação das redes de abastecimento de água e de saneamento;----------
- proposta de regulamento para a atribuição de subsídios;----------
- ponto de situação dos trabalhos no campo de futebol de Guimarei.----------
- ponto situação do cronograma dos funcionários da Junta; ----------

-----O Senhor Presidente da Junta começou por esclarecer que, relativamente à colocação das barreiras de proteção na Rua de Guimarei, se tratava de uma via municipal e que a responsabilidade pertencia à Câmara Municipal. Acrescentou que, apesar de já ter solicitado a intervenção, ainda não tinha recebido qualquer resposta.----------

Quanto à paragem de autocarro, referiu que o assunto teria de ser articulado com a Câmara Municipal e com a empresa de transportes, por envolver competências de diferentes entidades. Sobre a acumulação de resíduos na Rua da Aldeia Nova, informou que já tinha sido enviado um ofício às entidades competentes. Alguns dos resíduos ali depositados eram tintas e outros materiais potencialmente perigosos, pelo que não podiam ser recolhidos e encaminhados como resíduos comuns. A Junta aguardava uma solução legal e adequada para a respetiva remoção. Relativamente à rede de abastecimento de água, informou que o processo se encontrava em tratamento e que aguardavam a conclusão das poucas instalações ainda em falta. No que respeitava à rede de saneamento, referiu que não tinham recebido qualquer informação sobre um possível avanço dos trabalhos.----------

No que respeitava à atribuição de subsídios, o Senhor Presidente esclareceu que a Junta não atribuía regularmente subsídios monetários, tendo privilegiado a criação de condições para que as associações realizassem atividades e obtivessem receitas próprias. Referiu que os apoios podiam assumir diferentes formas, nomeadamente a cedência de instalações, equipamentos, serviços ou outros meios necessários à organização das iniciativas. Na sua opinião, não se justificava a criação de um regulamento autónomo. Contudo, reconheceu tratar-se da sua posição pessoal e admitiu que o assunto poderia ser analisado.----------

Quanto ao campo de futebol de Guimarei, informou que a situação se mantinha inalterada. Segundo os elementos de que dispunha, a Associação de Pais encontrava dificuldades em obter os apoios necessários, sobretudo por não ser uma associação reconhecida como de utilidade

pública. Acrescentou que continuavam a procurar uma solução correta e legal.--------
Relativamente ao cronograma dos funcionários da Junta, esclareceu que este existia, embora pudesse ser alterado em função das necessidades que surgiam semanalmente e, muitas vezes, diariamente.----------
O Senhor Presidente referiu ainda que, desde a última reunião, não se tinha registado qualquer evolução relativamente à Fonte da Portela.----------
No que respeitava às lombas junto ao pavilhão, informou que os trabalhos tinham sido concluídos. Quanto à guarda de segurança na rampa, esclareceu que não seria instalada, uma vez que a Câmara Municipal não tinha autorizado a intervenção.
-----A eleita pelo PSD, Fernanda Marques, recordou que, na reunião de dezembro, a atribuição de subsídios tinha sido submetida à aprovação da Assembleia. Explicou que a questão colocada por Catarina Sousa pretendia esclarecer em que condições uma associação poderia solicitar um subsídio, para que o pedido fosse posteriormente apreciado pelo órgão deliberativo.----------
-----Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que as associações apresentavam os pedidos da forma que consideravam adequada e que o Executivo analisava, caso a caso, a possibilidade de atribuir apoio, tendo em conta o objetivo da iniciativa e os recursos disponíveis.----------
------Foi dada a palavra ao eleito pelo JA, Diogo Silva, que começou por felicitar o Executivo pelas iniciativas realizadas, destacando o evento do Dia Mundial da Criança, no qual tinha estado presente e que considerou positivo. Como aspeto a melhorar, chamou a atenção para uma zona situada no fundo do campo de jogos da escola, onde se encontravam bastantes silvas e ervas. Considerando que o local era frequentado por crianças, sugeriu uma intervenção de limpeza e manutenção, ainda que desconhecesse se esta era da competência da Junta.----------
Em seguida, pediu esclarecimentos sobre o futuro do campo de futebol, referindo que as informações de que dispunha, após ter reunido com a Associação de Pais do Tirsense, eram mais extensas e diferentes das apresentadas pelo Executivo. Defendeu que se tratava de um assunto relevante para a freguesia, uma vez que o espaço se encontrava degradado e vandalizado e necessitava de recuperação e dinamização.----------
Por fim, reconheceu que o trabalho desenvolvido tinha decorrido de forma positiva e felicitou novamente o Executivo. Contudo, abordou uma questão relacionada com o Orçamento

Participativo Jovem. Referiu que se tinha realizado recentemente uma cerimónia de entrega de prémios, na qual tinham estado presentes o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Junta, e que a Câmara Municipal tinha divulgado várias fotografias do evento e identificado os participantes.----------

Esclareceu que a observação não se relacionava com cores ou opções partidárias, mas com a valorização das pessoas da União de Freguesias. Assinalou que tinham sido mencionados alguns participantes da freguesia, mas não todos, e que uma pessoa da União de Freguesias tinha apresentado uma proposta diretamente relacionada com o território, sem que tivesse sido feita qualquer referência à sua participação ou publicada qualquer fotografia na página da Junta. Questionou o motivo dessa omissão e defendeu que todas as participações relevantes de cidadãos da União de Freguesias deveriam ser reconhecidas e divulgadas de forma equilibrada, independentemente das suas opções políticas ou dos resultados alcançados.----------

------O Senhor Presidente respondeu que a Junta de Freguesia se tinha limitado a partilhar a publicação feita pelo Município, na qual tinham sido divulgadas fotografias dos grupos que passaram à fase seguinte. Relativamente à candidatura do Grupo de Jovens, afirmou que a Junta só tinha tido conhecimento da mesma poucos dias antes. Referiu que, se tivessem contactado a Junta atempadamente e solicitado apoio, esta teria procurado ajudar, tal como tinha feito com Valéria. Quando esta apresentou o seu pedido, a Junta disponibilizou rapidamente os meios necessários e, num espaço de dois ou três dias, preparou a divulgação solicitada. Reconheceu o mérito da participação e reafirmou que a Junta estava disponível para apoiar os cidadãos e os grupos da freguesia. Contudo, salientou a importância de existir comunicação entre ambas as partes, uma vez que a Junta não podia apoiar ou divulgar iniciativas que desconhecia. Concluiu que a questão não deveria centrar-se apenas na publicação de uma fotografia, mas também na necessidade de melhorar a comunicação e a cooperação entre todos.----------

-----O eleito pelo JA, Diogo Silva, afirmou que a publicação da fotografia não era a questão principal. Explicou que não tinham solicitado o apoio da Junta porque tinham decidido desenvolver a candidatura de forma independente e que pretendiam contribuir para a comunidade através de uma iniciativa dirigida aos jovens. Referiu que a proposta tinha sido apresentada publicamente e divulgada pelo Município, pelo que consideraram que deveria ter

sido igualmente reconhecida pela Junta, por ter sido apresentada por uma pessoa da União de Freguesias. Sublinhou que a observação não se dirigia a qualquer pessoa em particular e defendeu que todas as iniciativas relevantes para a freguesia deveriam ser reconhecidas e divulgadas de forma igual.----------

-----Relativamente ao campo de futebol, o Senhor Presidente da Junta afirmou que, naquele momento, ainda não existia uma solução concreta e definitiva. Referiu que poderia abordar várias possibilidades, mas que estaria a especular sobre informações suscetíveis de alteração. Tal como tinha sido referido na última Assembleia, subsistiam dúvidas quanto à forma de execução do projeto e encontravam-se em estudo várias alternativas. Acrescentou que, assim que existisse uma solução legalmente válida e devidamente fundamentada, a Assembleia seria informada e chamada a deliberar.----------

Informou ainda que existia um contrato em vigor, no qual a Associação de Pais figurava como representante legal relativamente ao campo de futebol. Caso deixasse de ter interesse em participar no projeto, teria de renunciar formalmente ao contrato e comunicar essa decisão às restantes entidades envolvidas.----------

Acrescentou que só depois de regularizada a situação contratual poderia ser analisada e autorizada uma solução alternativa, ainda que já existisse outra entidade interessada e devidamente habilitada para assumir o projeto.----------

-----O eleito pelo JA, Diogo Silva, considerou importante esclarecer a questão por ser do interesse público. Segundo a informação que tinha recebido, existia vontade de avançar com o projeto, independentemente dos valores envolvidos, uma vez que uma parte significativa dos trabalhos poderia ser realizada com fundos próprios e com a colaboração voluntária de pessoas da comunidade. Referiu que o objetivo consistia em recuperar e disponibilizar mais um espaço para a prática desportiva no concelho. Contudo, salientou que persistiam dúvidas quanto à entidade responsável pela execução do projeto, nomeadamente se este ficaria a cargo da Associação de Pais ou do Futebol Clube Tirsense. Considerou, por isso, essencial que toda a informação fosse partilhada de forma clara e transparente, atendendo à relevância pública do projeto.----------

No último ponto da ordem de trabalhos, «Período aberto à intervenção do público», a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra aos cidadãos presentes que pretendessem intervir.

-----Foi dada a palavra à cidadã Catarina Sousa, de Guimarei, que retomou o tema do Orçamento Participativo Jovem. Recordou que, na última sessão da Assembleia de Freguesia, tinha sido apresentado o projeto com que participaram. Na sua opinião, deveria ser tão importante para a freguesia reconhecer a participação dos jovens como divulgar os projetos vencedores. Considerou relevante dar a conhecer os participantes e as propostas apresentadas, sobretudo quando estas se destinavam à própria União de Freguesias. Referiu que a proposta do grupo não tinha sido divulgada, nem tinha sido publicada qualquer fotografia, e defendeu que seria importante demonstrar que os jovens estavam ativos e apresentavam propostas não apenas para as escolas, mas também para melhorar a própria freguesia.----------
Abordou ainda a comunicação da Junta, referindo que esta dispunha de páginas no Facebook e no Instagram, bem como de um canal de WhatsApp. Na sua opinião, esses meios deveriam servir para divulgar as atividades realizadas na União de Freguesias. Informou que o Bar do Salão tinha solicitado a divulgação do primeiro Torneio da Malha e que, até àquela data, não tinha recebido qualquer resposta. Solicitou, por isso, que o Senhor Presidente esclarecesse os critérios utilizados pela Junta para decidir quais as atividades divulgadas nas suas redes sociais.
-----O Senhor Presidente respondeu que a Junta de Freguesia estava disponível para apoiar e divulgar as atividades realizadas na comunidade, desde que estas não tivessem natureza político-partidária. Considerou que os canais institucionais deveriam manter uma posição de neutralidade e explicou que, por esse motivo, a Junta não divulgava iniciativas promovidas pelo PSD, pelo Partido Socialista ou por qualquer outra força política, devendo essas atividades ser divulgadas nos canais oficiais dos respetivos partidos. Esclareceu que a decisão não pretendia restringir a realização de qualquer iniciativa e que uma associação cultural, recreativa ou desportiva podia solicitar o apoio e a divulgação da Junta. Contudo, quando uma atividade era promovida ou identificada com um partido político, entendia, por uma questão ética, que não deveria ser divulgada nas páginas institucionais da freguesia.----------
-----O eleito pelo JA, Diogo Silva, pediu a palavra para referir que, na sua opinião, a situação poderia ter sido resolvida de outra forma. Considerou que teria bastado a Junta responder ao correio eletrónico, esclarecendo que a atividade poderia ser divulgada nos canais institucionais caso o cartaz fosse alterado, nomeadamente mediante a remoção do logótipo da lista. Na sua

perspetiva, esta teria sido uma solução mais sensata e compatível com a neutralidade institucional defendida pela Junta.----------

-----Em seguida, foi dada a palavra ao cidadão Jorge Fernandes, que, em representação da ACDL, agradeceu à Junta de Freguesia o reconhecimento e o apoio prestado às atividades da associação, nomeadamente através da disponibilização de instalações, que muito tinha contribuído para o desenvolvimento dos jovens e para a sua formação enquanto cidadãos.----- Relativamente às bolsas propostas pela associação, agradeceu igualmente a disponibilidade e o interesse demonstrados pela Junta desde o primeiro momento e solicitou um esclarecimento sobre os critérios definidos para a respetiva atribuição. Para o efeito, o membro da direção da ACDL, Ricardo Santos, leu o regulamento que estabelecia os critérios de atribuição das bolsas (Doc. 3).----------

-----Concluído este ponto, a Senhora Presidente informou que, embora o assunto não constasse da ordem de trabalhos, era necessário regularizar a ata da reunião extraordinária. Esclareceu que, na altura, tinha sido aprovada apenas a respetiva minuta, tendo ficado por realizar a aprovação formal da ata. Não tendo sido manifestada qualquer oposição, propôs a respetiva leitura e aprovação. A ata da reunião extraordinária foi lida e aprovada por unanimidade, ficando, assim, regularizada a situação.----------

-----Para terminar, a Senhora Presidente da Assembleia referiu que todos os eventos promovidos pelo Executivo deveriam ser objeto de convite formal dirigido a todos os membros da Assembleia de Freguesia. Informou ainda que anexava à presente ata, como Documento n.º 4, a legislação relativa à ordem de precedências do Protocolo do Estado Português, manifestando o desejo de que esta fosse respeitada nos próximos eventos organizados pelo Executivo.----------

-----Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a sessão pelas vinte e três horas e vinte minutos. Foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi assinada pela Presidente da Assembleia e pelos secretários.----------

A Presidente: Fernanda Maria Oliveira Pinto

O Primeiro Secretário: Ricardo Filipe Santos

A Segunda Secretária: Carla Daniela Brandão Gomes